

Boletim n° 01/95 Educação Popular junho 1995 (58)
4 folhas

APRESENTAÇÃO

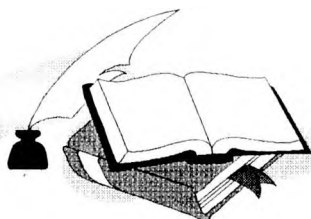
Atendendo às sugestões registradas nos Encontros Nacionais e Regionais de Educação Popular é com grande alegria que colocamos nas mãos dos educadores populares, mais especialmente das coordenações dos Setores de Educação Popular das Associadas Estaduais, este BOLETIM DE EDUCAÇÃO POPULAR, o primeiro do ano jubilar da AEC/BR.

Pretendemos editá-lo bimestralmente, tendo como objetivo constituir-se num veículo de comunicação da AEC Nacional, das Associadas Estaduais e outras Entidades e/ou Movimentos Populares para divulgar experiências, dar notícias e informações no campo da

Educação Popular.

Não pretendemos que ele seja perfeito quanto a parte técnica, mas sobretudo que seja instrumento ágil da vida dos setores de Educação Popular das Associadas Estaduais.

Nossa proposta é que o Boletim tenha as seguintes partes:



- Um texto de reflexão, oportunizando o aprofundamento de algum tema relacionado com a Educação Popular.

- Divulgar experiências.
- Opiniões e sugestões.
- Notícias e informações.
- Divulgação bibliográfica.

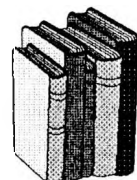
Em todo caso, esta proposta de estruturação do Boletim não é rígida. A caminhada nos ensinará muita coisa. Seu valor vai depender do apoio dos Educadores Populares. Contamos com a ajuda de todos.

O desafio está lançado. Vamos fazer deste Boletim nosso espaço de comunicação, de intercâmbio, de entre-ajuda, de participação.

Ir. Luíza Perotto
SETOR DE EDUCAÇÃO POPULAR AEC DO BRASIL

Refletindo...

O que se faz em Educação Popular



Da mesma maneira que há diversos discursos sobre Educação Popular, há múltiplas práticas, às vezes muito diferentes e até divergentes entre si.

Desnecessário se faz afirmar que fazer Educação Popular é fazer "educação". E, seguramente não o é. Na duplicidade que configura a expressão "Educação Popular" é o objetivo "popular" e não o substantivo "educação" que vem merecendo atenção.

Paradoxalmente a Educação Popular parece se caracterizar precisamente por ser uma prática

pouco educativa. É por vezes muito mais animação social que educação social. Isso pode gerar um problema pois educar supõe esforço, investigação e rigor. Surgem daí desafios que, se não enfrentados podem levar a um processo que não termina em democracia, nem em construção de uma sociedade política e participativa, mas numa tendência anarquizada.

A falta de reflexão em Educação Popular, enquanto prática pedagógica é uma carência crônica.

O pedagógico tende a se restringir estritamente ao

metodológico e este, por sua vez, a uma apropriação de determinadas técnicas... Os educadores se vêem diante de uma necessidade de ampliar e aprofundar por conta própria os conhecimentos pedagógicos, devido à insuficiência de técnicas.

O termo "educar" parece se esvaír no discurso corrente da Educação Popular, sendo substituído por formas que apontam para a não direcionalidade.

O "populismo pedagógico" vem caracterizando diversas correntes dentro desse campo. Para essas concepções que defendem a não

diretividade, a relação horizontal e igualdade plena dos educadores e educandos, “educação” equivale, automaticamente, à “educação bancária”, “instrução escolar”, “imposição”, “negação do saber popular”. Nessa perspectiva, ensinar-aprender será um “intercâmbio de saberes”, onde a produção coletiva de conhecimentos exclui o próprio educador, cujo papel se limita a coordenar tais intercâmbios. O autenticamente alternativo, participativo, dialógico de uma verdadeira Educação Popular, garantir-se-ia, na medida em que se minimizasse ou até anulasse o papel ativo do educador.

Tais posições extremas, difundidas hoje, como também questionadas, contribuíram para deteriorar ainda mais o débil esforço em Educação Popular. Nesse caso, o objetivo educacional, está como última das prioridades.

Casos típicos desse “populismo

pedagógico” são os programas de alfabetização “alternativa” que chegam ao final sem ter conseguido ensinar os alfabetizados a ler e a escrever, ainda se vangloriam de seus níveis de diálogo e participação. Os elementos destacados são as novas amizades obtidas, o ambiente de camaradagem, as dinâmicas culturais que são bons, porém insuficientes. Diante dessa situação é frequente o descontentamento e a frustração de quem, esperando “aprender”, encontra-se diante de um “professor” que se nega a ensinar. Tudo isso torna-se muito mais preocupante se por um momento nos detivermos para pensar que estamos jogando com oportunidades educacionais que para maioria dos educandos populares, são limitadas e até excepcionais.

Seria interessante, nós, educadores populares nos perguntarmos ao final de um programa Quantas vezes nos reunimos para refletir e sistematizar aquilo que aprendemos e/ou

ensinamos? Acaso chegamos alguma vez a pensar que algum programa fracassou por falta de consciência crítica, conhecimento?

Se a Educação Popular se identifica com um modelo alternativo de “fazer educação” isto implica que ela deva partir, ao menos de um triplo reconhecimento: a) os setores populares têm reivindicações educativas legítimas; b) é preciso compreender e dar respostas a tais reivindicações; c) a educação tem um papel específico na libertação deles. Não se trata, pois de limitar-se a questionar a escola e o conhecimento ministrado por esta, senão de colocar e construir alternativas diferentes de educação que respondam a esses objetivos.

Fonte: Discurso e Prática em Educação Popular

ESPAÇO ABERTO

FILOSOFIA DAS ESCOLAS COMUNITÁRIAS

Parte da realidade das comunidades, buscando uma organização sócio-política cultural para chegar a uma mudança, segundo as necessidades em que vivem os moradores.

- Procurando repassar a cultura como é na sua originalidade.

- Valorizando a pessoa como sujeito da história.

- Viabilizando o engajamento de todos.

- Acolhendo os migrantes e os que já fazem parte da Comunidade na caminhada de libertação e direito à cidadania.

Procuram que as escolas

sejam espaços tanto da socialização do saber como do poder. Por isso há um compromisso comum.

Reconhecem a educação como um direito de todos e o educando como sujeito principal da ação educativa para quem todos estão voltados.

Existe muita esperança, pois a luta é conjunta. De maneira mais realista possível, isto é, com o confronto das realidades diferentes, dentro dos fatos históricos, com visão de ação futura.

É um trabalho político de formação educativa para que o

indivíduo se capacite a desenvolver seu senso crítico e enfrentar as correntes ideológicas da classe dominante e preservar seu espaço físico e intelectual na sociedade. É uma luta por um Sociedade Nova, uma Escola Nova, dentro dos princípios que possam fundamentar e atender os desafios da educação vigente, levando em consideração as necessidades políticas, econômicas e sociais. E através da formação o pensamento crítico, numa visão construtivista ajudar no processo democrático da nova sociedade que buscamos.

Educação Popular na Bahia

A AEC/BA, vem procurando organizar o departamento de Educação Popular que é composto de 06 educadores comprometidos com a causa da Educação não formal. Este setor tem como coordenadora a Profª. Maria Silvia dos Santos Nascimento.

No 1º semestre de 1995, foram realizados 02 encontros, constando os seguintes temas:

- Doenças sexualmente transmissíveis.

- Educação Física na escola comunitária (não formal).

* Obs.: Das escolas presentes, no último encontro, 05 fizeram relato de experiências.

Este ano, no 1º semestre, as escolas beneficiadas com Miniprojetos financiados pelos recursos da MISE-REOR (Entidade Alemã), foram as seguintes

- Associação dos Moradores de Beirú.

- Associação dos Pais, Professores e Amigos da Escola Comunitária São Lucas da Boa Paz.

- Associação das Missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada

- Associação de Pais, Professores e Amigos da Escola Comunitária da Comunidade de Tanquinho.

- Paróquia São Lucas Evangelista.

- Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora.

Estamos realizando um curso para 25 educadores populares estruturado em 03 etapas:

- a 1ª etapa é constituída por três treinamentos com um total de 45 horas;

- a 2ª etapa é composta por cinco treinamentos com um total de 60 horas;

- a 3ª etapa é formada por quatro treinamentos com um total de 60 horas.

Este projeto tem como objetivo atender ao desenvolvimento sócio-político-cristão das comunidades rurais. Será realizado na Escola Família Agrícola do Povoado de Jabuticaba (Diocese de Senhor do Bonfim).

dia 15 de agosto de 1993. Contamos com um bom prédio, construído para atender as atividades de Educação e demais eventos na Comunidade que visem a promoção humana. Foi construído à custa de trabalho e doação. Trabalho da Comunidade que se mostrou incansável. Doação de muitas pessoas que trabalharam e ainda trabalham sem nada receber. A elas a nossa gratidão e a nossa oração. Somado a tudo isto, é fundamental destacar a grande força da mulher. Sem elas, com certeza, nenhuma atividade será completa. Os trabalhos de corte e costura, tricô, trabalhos manuais, excursões, rifas, e a própria catequese seriam sem expressão e conseguiríamos chegar ao estágio atual de nossas atividades. São elas, sem dúvida, o esteio deste trabalho árduo em prol dos mais necessitados.

A Educação Popular está presente nesta Comunidade de Vila Aliança há dois anos. É mantida pela própria Comunidade. Nós solicitamos uma colaboração a nível de parceria junto ao MEB em Brasília, mas infelizmente até hoje não foi possível...

De nossa parte fica renovado o convite para a visita de algum representante daquela entidade às nossas instalações. Este convite é estendido também à AEC/RJ. Ressaltamos a importância de tal visita, pois é fundamental para nós, desenvolver os trabalhos num clima de recíproca confiança e responsabilidade. Faltando estes dois elementos, fica impossível qualquer atividade em parceria ou qualquer outra colaboração.

Sempre ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos e na certeza de poder contar com a compreensão e colaboração da AEC do Brasil, subscrevo-me em nome da Comunidade,

Pe. Gioamildo Luiz de Andrade

Paróco e Responsável pelas Atividades de Educação Popular

Atividades de Educação

Popular na Comunidade de Vila Aliança - Bangu/RJ

Atividades de Educação Popular tiveram um grande impulso a partir de 1993, quando a AEC do Brasil aprovou uma verba para auxiliar na construção das salas de aula.

A partir daquele impulso econômico, um engenheiro civil, amigo de nossa Comunidade, acionou a empresa RWB - Engenharia e Construções Ltda, que aceitou fazer a obra por "administração".

Em 1993, o Brasil viveu um período crítico de inflação alta. Os gastos com material e pessoal qualificado ficaram

elevados em 50%, a cada mês, e isto nos obrigou a parar as obras por um curto período (01 mês). A Comunidade, porém não parou. Rifas, almoços comunitários, pequenos eventos festivos, a cada semana, eram realizados com o propósito de levar adiante o projeto. Mesmo assim, os altos custos de construção civil não nos possibilitava seguir, sozinhos, a construção.

Mais uma vez, a AEC do Brasil veio em nosso auxílio. No dia 13 de maio de 1993, a Ir. Ana Maria Capelloto nos escreveu comunicando a aprovação de nosso pedido de socorro.

A inauguração ocorreu no

A BUSCA DO LUGAR DO EXCLUÍDO

Este artigo constitui-se num abstract da Dissertação de mestrado em Educação na UFRGS - Elementos de Itinerância na Cultura dos excluídos. Contém alguns elementos que contribuem na compreensão do excluído e do fenômeno da exclusão.

O entendimento que temos acerca do excluído é o de um sujeito que está marginalizado da sociedade. Contudo, vemos-lo excluído, a partir de um lugar de incluído. A pergunta como seria ver o excluído sob a ótica dele mesmo, de excluído, nos desafia a compreendê-lo a partir do seu próprio lugar.

Existe uma lógica de relações entre a mercadoria e o espaço social. Quando se compra uma mercadoria, qualquer que seja, não se está comprando apenas a mercadoria, mas também o espaço que ela ocupa. Assim pode-se perceber que as relações sociais são possíveis de serem construídas mediante a compra de espaços contidos nas mercadorias. A compra de uma casa e de todos os utensílios que ela pode conter significa a compra de espaços sociais através dos quais são constituídas relações sociais. Da mesma forma o pagamento de uma matrícula numa escola ou universidade significa que as relações sociais escolares ou acadêmicas são possíveis mediante a compra do saber e da ciência enquanto mercadoria. A lógica do acúmulo de capitais, que é próprio do modelo capitalista, fará com que cada vez menos pessoas tenham condições de comprar as mercadorias. Assim acontece com as terras urbanas e rurais: todas elas já estão compradas e dentro de um processo cada vez maior de acumulação de riquezas.

Agora pode-se compreender o excluído e a favela como ausência de lugar, como não espaço social; como negatividade agora é que se passa a caracterizar o excluído: negação da vida e das condições de possibilidade de construir uma vida humana.

Já sem lugar e espaço, o excluído passa também a não ter condições de objetivar-se no tempo. Por isso o tempo do excluído tende a ser um tempo não objetivado, não programado; é um tempo itinerante, sem rumo e sem objetivos a perseguir. Neste espaço e tempo negativos ele também não consegue mais

reproduzir a sua cultura. E este desenraizamento cultural fará com que perca o horizonte de valores éticos e morais.

Este processo de exclusão ocorre sob uma sequência de rupturas, a primeira e mais decisiva ao nível do emprego. A participação no processo produtivo com a consequente remuneração - mesmo que mínima - de certa forma o manterá incluído, construindo proporcionalmente relações sociais mínimas. Uma longa ruptura ao nível do emprego fará com que ele tenha que buscar outras formas de sobrevivência.

Outra ruptura ocorre ao nível educacional. As mutações culturais que caracterizam a itinerância do excluído não contém mais o tempo e o espaço contidos num currículo escolar (que é feito para incluídos). As crianças sentem dificuldades de ficarem sentadas numa classe durante este tempo escolar, porque este não é mais o seu tempo.

Igualmente as rupturas ocorrem ao nível da saúde. As doenças de excluídos são difíceis de serem diagnosticadas pela medicina oficial. Os sintomas mais comuns são a doença de nervos e dores. A exclusão e o empobrecimento contém sentimentos de fracassos e de baixa auto-estima. Então tratam-se com benzedeiras e curandores procurando curas psicológicas e espirituais para os seus problemas somáticos.

A dimensão de negatividade presente na ausência de lugar social que eles ocupam também não lhes permite instituir relações familiares. Isto quer dizer que para a construção de um núcleo familiar faz-se necessário um

lugar social, a partir do qual se possa construir relações sociais, institucionais, familiares. Mesmo porque onde eles moram(a favela) significa estar na rua da sociedade e tende a ser um lugar anônimo. Por isso, quando alguém quer esconder-se da polícia vai refugiar-se na sua própria casa.

Estar na rua significa não ter nenhum caminho, nenhuma perspectiva. Por isso, a insistência da mãe ou do pai em tirar o seu filho da rua. Não ter nenhum caminho significa estar perdido, que é o caminho da perdição.

Os trabalhos sociais junto aos excluídos mostram contradições fundamentais: de lado, mães e pais querem tirar os seus filhos da rua; de outro, os educadores não sabem se tirar os meninos e meninas da rua pode ser uma solução - uma vez que implicaria numa solução simplista e mecânica - tirar daqui e pôr ali - tirar da rua e pôr na escola. Existem educadores que percebem mais profundamente o problema e se perguntam sobre o porquê do esforço para a inclusão social uma vez que este modelo econômico-social é excludente. Neste caso, estariam reforçando e justificando o próprio modelo que é injusto e não satisfaz.

O caminho parece ser o de compreender o lugar do excluído a partir de uma radical interdisciplinaridade. Esta compreensão favorecerá a caracterização de suas situações concretas e contribuirá na compreensão de suas rupturas, desenraizamentos; identificaria o que hoje eles estariam instituindo como excluídos.

*Professor José Renato Soethe
Unisinos*



O Coletivo de Alfabetizadores Populares de Alagoas, nasceu em 1992 em um estado do Nordeste que detém o maior índice de analfabetismo do país, resultado de vários problemas estruturais / conjunturais, dentre eles a base econômica-agro-industrial-açucareira, responsável pela alta concentração e pelas relações de poder coronelistas-autoritárias.

Apesar do estado possuir mais da metade da sua população maior de 15 anos analfabeta, tem uma oferta de oportunidade de alfabetização de jovens e adultos bastante insignificante. A nível governamental, a rede estadual de ensino, ofereceu neste ano de 1995, 117 turmas, sendo 62 na grande Maceió e 55 distribuídas nos demais municípios do estado. Esse número de turmas corresponde a uma matrícula de aproximadamente 05 mil alunos; a

rede municipal de ensino, dispõe de 31 turmas de alfabetização nas 35 escolas do município de Maceió e 05 turmas funcionando em centros comunitários, atendendo a uma clientela de cerca de 465 alunos.

Considerando a omissão do estado em priorizar esse nível de ensino, algumas entidades não-governamentais têm procurado oferecê-lo, de forma a atingir os objetivos político-pedagógicos diferenciados, através de recursos próprios, verbas do governo federal ou em parceria com empresas, associações comunitárias e até recursos doados por entidades internacionais.

Com esse propósito, atuam em Alagoas:

- o MEB(Movimento de Educação de Base), coordenando núcleos de alfabetização em Maceió e na região do Vale do Paraíba(municípios de Atalaia,

Viçosa, Pilar), atendendo a aproximadamente 350 alunos;

- a AEC(Associação de Educação Católica), atuando em Maceió e em municípios do sertão e da zona canavieira, atendendo em 1995, cerca de 450 alunos, esse ano expandindo-se principalmente na área canavieira onde a sarça da exclusão consome mulheres e crianças, que pelo sistema selvagem, são obrigadas a trabalhar.

Se considerarmos um estado com uma população de aproximadamente 03 milhões de habitantes, onde quase 01 milhão e meio de sua força de trabalho jovem e adulto não sabe ler nem escrever, a oferta atual de alfabetização não chega a atingir 07% dessa população, reforçando mais ainda os indicadores da baixa qualidade de vida dos alagoanos e a conseqüente exclusão dos bens sociais.

Convênio Misereor AEC/BR (1994 - 1997)

01- Objetivo: "Apoiar a Educação Popular promovida pelas AECs Estaduais, conforme a teoria de Paulo Freire, inclusive a Educação de Base e a Alfabetização de Adultos".

02 - Destinatários:

* Crianças e jovens, muito pobres, na idade de escolaridade obrigatória, que não tem acesso à escola ou aprendem em condições precárias.

* Adolescentes e adultos não sujeitos à escolaridade obrigatória, mas que procuram, aprender.

* Membros de diversos grupos de auto-ajuda.

* Educadores de escolas alternativas "dos pobres".

03 - Miniprojetos: são instrumentos para Educação Popular, que ajudam a solucionar problemas das

comunidades carentes. Devem contribuir para o aumento da solidariedade entre as pessoas e os grupos.

São apresentados por entidades, movimentos e associações às AECs estaduais que os analisam, informam e dão parecer e enviam à AEC do Brasil, que, por sua vez, defere ou indefere.

04 - Tipos de Miniprojetos:

- Cursos e Encontros de Formação de Educadores Populares.

- Produção de Subsídios e Material Didático.

- Equipamentos e Construções Simples.

05 - Miniprojetos Pontuais e de Ponta:

Pontuais - são projetos pequenos para suprir uma necessidade imediata

nas atividades de Educação Popular.

De Ponta - são projetos maiores destinados exclusivamente à formação de educadores já engajados. Estes só podem ser solicitados pelas AECs que já possuem setor organizado.

Atualmente estão em andamento 06(seis) Projetos de Ponta: Maranhão, Bahia, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Estes estão atendendo cerca de 500 educadores populares provenientes das mais variadas Entidades.

06 - Miniprojetos Aprovados :

No 1º semestre/95 => 60 Miniprojetos foram aprovados.

Por região, num percentual de: 8,24% para região Norte, 44,34% para região Nordeste, 16,74% para região Centro-Oeste, 12,41% para região Sudeste e 18,26% para a região Sul.

Presença do SEP-AEC/BR junto às Associadas

Com o objetivo de apoiar os SEPs das Associadas e orientar sobre os PROJETOS DE PONTA, realizamos, realizamos no 1º semestre algumas visitas nas AECs Estaduais.

Na AEC/MS, em Campo Grande, acompanhamos a re-eleição da presidente: Marilena Barreto dos Reis e a escolha da Coordenadora do SEP (Setor de Educação Popular) - Suelise de Paula Lima Ferreira. A Educação Popular no Mato Grosso do Sul vai bem, graças ao apoio constante da presidente e da equipe de professores dos Cursos dos Assentamentos e dos Indígenas. Na AEC/MT, em Cuiabá, tivemos uma calorosa acolhida na pessoa de Antônio Hilário Aguilera, presidente, que convocou a equipe de Fé e

Alegria e outros educadores engajados na Educação Popular para uma encontro. Após estudo, reflexão e partilha foi estabelecida uma equipe provisória de Educação Popular que terá um dos grandes encargos: alinhar o Projeto de Ponta.

Na AEC/MA, estivemos no início de maio, quando orientamos o Projeto de Ponta e nos encontramos com vários educadores que atuam nas Escolas Comunitárias.

Maria Eliane F. Rego apoiada integralmente pelo presidente, Ronan Carmo Costa, está assumindo com muita animação o Setor e tem ótimas perspectivas junto aos Educadores Populares.

O Ceará foi visitado por ocasião da reunião da Diretoria Executiva, no início de maio. O encontro preparado pela

Coordenadora Ângela Selma R. Cândido, foi muito proveitoso e se traçaram algumas linhas para iniciar o Projeto de Ponta que prevê a Formação de Educadores Populares da grande Fortaleza.

De grande proveito foi também o encontro que tivemos com todos os Coordenadores dos Setores de Educação Popular do nordeste, por ocasião do Nordesteão.

Analisando nossas visitas que oportunizaram estudo da realidade, contatos, diálogos, reflexões, consideramos que elas foram altamente positivas e necessárias. Sentimos de perto os desafios de cada setor. Isso nos estimula a intensificar nossa presença junto às Associadas.

Agradecemos a acolhida de todos.

Ir. Luiza Perotto

UMA ORAÇÃO PELO MEU POVO

Permita-me, Senhor, uma oração pelo meu povo, o mundo dos sem-voz, dos excluídos.

São milhares e milhares de criaturas humanas nos países pobres e nas zonas pobres dos países ricos, sem direito de levantar a voz, sem possibilidade de reclamar, de protestar, embora sejam justos os direitos que querem defender: os sem casa, abandonados, desempregados, excluídos da sociedade, ou as pessoas sem futuro.

Senhor! Os desesperados da humanidade correm o risco de perder a voz.

Manda teu Espírito, porque só ele pode renovar a face da terra! Só ele pode cancelar o egoísmo, condição indispensável para que sejam superadas as estruturas injustas, que mantêm milhares de pessoas na escuridão.

Só teu Espírito poderá ajudar-nos a construir um mundo mais humano.

D. Helder Camara



Sugestões

Dinâmicas

1ª - TÉCNICA DO DESENHO

Objetivo: conhecimento pessoal, conhecimento grupal.

As pessoas são convidadas a se confrontarem com o "aqui e agora" no qual se situam. Isto é, com sua vivência neste momento: tudo que este lhes alimentam, as perspectivas que têm. Confrontando-se com este conteúdo íntimo que reflete o seu eu, elas procurarão retratá-lo num desenho. (Dar um tempo necessário para este trabalho individual que deve ser feito em completo silêncio, sem nenhuma comunicação).

Num segundo momento as pessoas são convidadas a se reunirem em sub-grupos e aí se apresentarão dizendo o próprio nome, de onde vêm, mostrando o seu desenho, expressando-se acerca do mesmo.

O grupo escolherá um dos desenhos para se o seu símbolo, apresentando também a justificativa.

Ou então, após o trabalho individual, passa-se ao trabalho com o grupo. Forma-se um círculo e cada um se apresenta aos demais: nome, localidade, apresentação do próprio desenho.

2ª DINÂMICA DA MANCHA OU PONTO

Objetivo: Ver o positivo nas pessoas e nos acontecimentos.

Mostrar à platéia uma folha branca com um ponto escuro ou mancha, bem no centro da mesma. Depois de um minuto que a observaram silenciosamente, deixar que se expressem descrevendo o que viram. Provavelmente a maioria se deterá no ponto escuro. Pedir, em seguida, que façam aplicações do fato e tirem conclusões práticas. Ex.: em geral, nos fixamos nos aspectos negativos dos acontecimentos, das pessoas, esquecendo-nos do seu lado luminoso que quase é muito maior.

Oração: Pode-se aproveitar para um momento de revisão, pedido de perdão e outras preces.

Rapidinhas

PROJETOS

- * O tempo hábil para encaminhamento dos Miniprojetos à AEC Nacional é fevereiro e agosto.
- * Os Miniprojetos devem ser encaminhados às AECs estaduais, estas os analisam e encaminham à Brasília.
- * Nas AECs onde não há Setor de Educação Popular, os Miniprojetos devem vir com o aval do Presidente.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO POPULAR

- * Pretendemos editar o Boletim bimestralmente: agosto, outubro e dezembro.
- * Matéria para o Boletim: artigos, experiências, notícias, informes e outros. Enfim, tudo o que retrata o "popular". Toda colaboração será bem-vinda. Pode ser mandada por fax (061) 226 3081.

VISITAS

- * Aproveitando a participação no Congresso em Fortaleza, nordeste, estaremos visitando as sedes das AECs, conforme cronograma abaixo:

Ceará 06 e 07 de Julho
Paraíba 17 e 18 de Julho
Rio grande do Norte 19 e 20 de Julho
Pernambuco 21 e 22 de Julho .

BIBLIOGRAFIA

Por ocasião do XV Congresso Nacional de Educação, em julho, em Fortaleza-CE, será lançado o livro comemorativo aos 50 anos da AEC/BR, com o título: "CAMINHOS NOVOS NA EDUCAÇÃO".

Recomendamos a leitura do mesmo, em especial o capítulo: A AEC e a Educação Popular.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Somos imensamente gratos à Cleide Borges, que nos acolheu e nos introduziu no Setor de Educação Popular da AEC/BR. Por motivos particulares teve que se afastar do setor.

À Graça Bispo, que está nos auxiliando desde início de maio, as nossas boas-vindas.

*Ir. Luiza Perotto
SEP-AEC/BR*



Edição e Diagramação
Ramon Senna
Graça Bispo

Obrigado!
Continuem
Colaborando

Agradecemos as matérias enviadas pelos SEPs das AECs:

Bahia (Maria Sílvia)
Pernambuco (Ir. Lindalva)
Rio de Janeiro (Ir. Niva)
Alagoas (Ir. Ana Lúcia)
Rio Grande do Sul (Ir. Alda)

AEC do Brasil - SBN Quadra 01 Bl. H Loja 40
Brasília-DF, CEP: 70040-000 Tel: 223-2947 Fax: 226-3081